Ministério da
Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

26/01/2017

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

INTEGRAÇÃO – COOPERAÇÃO – COLABORAÇÃO

OBJETIVOS

- Redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher.
- Racionalização e modernização do sistema penitenciário.
- Combate integrado à criminalidade organizada transnacional.

AÇÕES GERAIS

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

Capacitação — Inteligência — Atuação Conjunta

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS - CAPACITAÇÃO

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SENASP, composto por Diretores das Academias de Polícia, com o objetivo de formular uma matriz curricular de formação de policial.

- Elaboração de estatísticas de mensuração de eficácia da atividade de polícia judiciária.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS - INTELIGÊNCIA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Implantação de Núcleos de Inteligência Policial (NIPO) nos 26 Estados e no DF, com participação conjunta dos setores de inteligência da Policias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, Ministério Público e do sistema penitenciário.

- Implantação e/ou interligação de sistemas de videomonitoramento nos Estados e Municípios nos Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCRs), nos Centros de Operação estaduais ou nos COPOMs, com a participação de todas as agências de segurança e as principais administrativas.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS - INTELIGÊNCIA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Compartilhamento de informações georreferenciadas das câmeras de Estados e Municípios.
- Padronização Nacional dos principais tópicos de Registros de Ocorrências (PPe) e informatização de todos os dados, com atualização constante dos locais com maior incidência criminal.
- Compartilhamento entre as forças de segurança, via Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs), de informações obtidas pelo Disque-denúncia.
- Compartilhamento de dados de inteligência decorrentes de operações conjuntas.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS - INTELIGÊNCIA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Ampliação dos radares ALERTA BRASIL: mais 837 câmeras da PRF, chegando a 935.

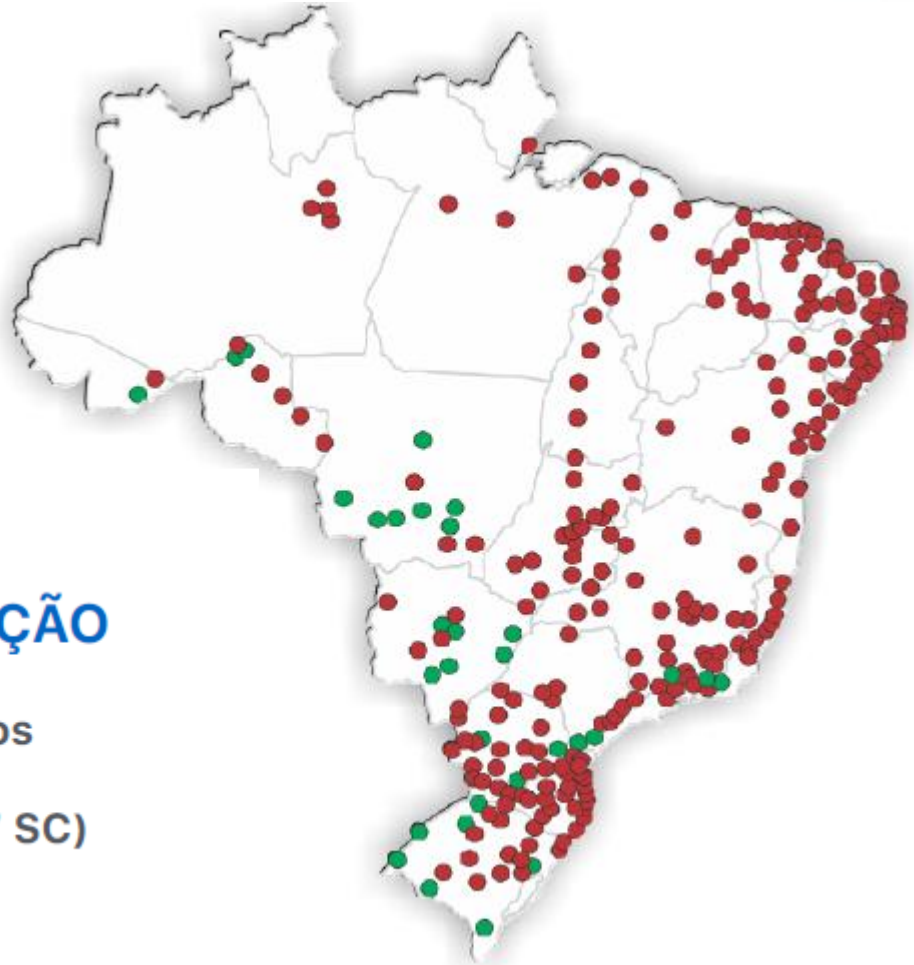
- Integração do sistema ALERTA BRASIL com os sistemas estaduais de identificação de veículos.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ALERTA BRASIL

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

Monitoramento eletrônico de veículos com uso de inteligência Ampliação dos radares



HOJE

98 câmeras
RS, PR, SC, SP, RJ, MS, MT, RO e AC

PLANEJADO

935 câmeras
(98 + 837 câmeras)
Cobertura nacional

INTEGRAÇÃO

167 pontos

(50 RS e 117 SC)

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS - INTELIGÊNCIA

PLANO NACIONAL DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL

- Radiocomunicação digital crítica em áreas de fronteira e estratégicas
- Ampliação da área de cobertura para Comunicação via Rádio Digital e interligação com os Estados.

12 UFS - REDE IMPLANTADA

4 PRESÍDIOS FEDERAIS

12 UFS - CONVÊNIOS ESTADUAIS

AÇÕES GERAIS – ATUAÇÃO CONJUNTA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- DNA das Armas – Ação Coordenada na Identificação de Armas de Fogo e Munições como Política Pública no Combate à Criminalidade.

- Ampliação da inserção dos perfis genéticos no banco de dados de DNA.

- Compartilhamento Nacional do banco de dados de impressão digital com as PTC (IC e IML).

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS – ATUAÇÃO CONJUNTA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Instalação de Laboratório Central de Perícia Criminal para apoio aos Estados.

- Apoio aos Estados pelos laboratórios da PF, que serão ampliados.

- Fortalecimento de alguns laboratórios estaduais que passarão a exercer o papel regional de perícias.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

AÇÕES GERAIS – ATUAÇÃO CONJUNTA

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Ampliação gradativa do efetivo da Força Nacional, para realização de operações conjuntas com as policiais federal, rodoviária federal e estaduais.

- Acordos de cooperação policial entre polícia rodoviária federal e polícias militares rodoviárias para otimização da fiscalização das rodovias e principais rotas.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

- **Redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher.**

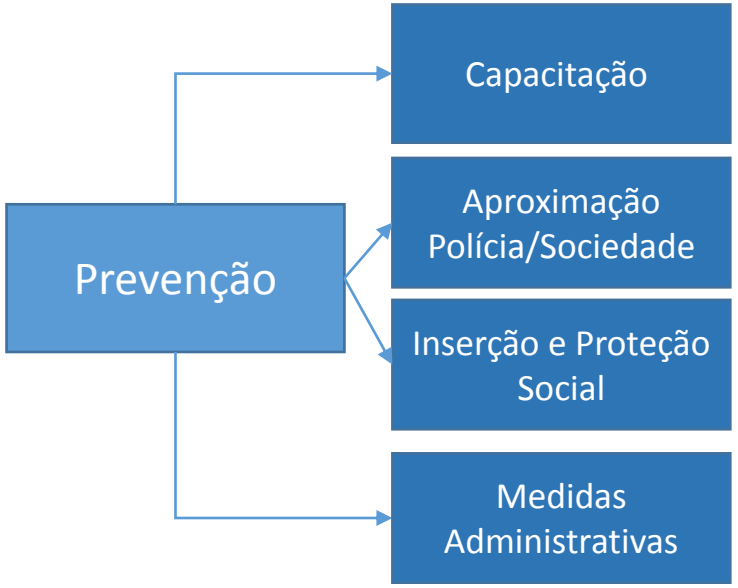
Homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

Prevenção — Operações/ Investigações — Inteligência — Integração Ministério Público e Judiciário

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher



Capacitação

- Curso de Mediador de conflitos, solução pacífica de conflitos e cultura de paz.

- Curso sobre diversidade étnica e o respeito à diversidade religiosa, incluindo estratégias de enfrentamento e proteção a estes direitos fundamentais.

Capacitação

- Curso de Difusão “Diretrizes Nacionais do Feminicídio”.
- Cursos de investigação de homicídios, feminicídio e de investigação criminal com perspectiva de gênero.
- Curso de atendimento à mulher em situação de violência, crianças, adolescentes e população negra.

Capacitação

- Curso de atendimento humanizado em ocorrências de violência contra as mulheres, crianças e adolescentes, público LGBT (difusão da Norma Técnica – Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios – Material físico da SPM).

Capacitação

- Curso de regras destinadas ao atendimento às mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência doméstica e familiar, de acordo com os regramentos da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), considerando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, como as Diretrizes Nacionais de Investigação Criminal com Perspectiva de Gênero.

Aproximação Polícia/Sociedade (CONSEGs)

- Integração dos Conselhos de Segurança com efetiva participação da sociedade, com reuniões permanentes nos CICCs.

- Ampliação das áreas de policiamento comunitário nos locais com maior índice de violência contra a mulher, já devidamente mapeados nas capitais.

Inserção e Proteção Social

- Prevenção da violência doméstica com a estratégia de saúde da família, por meio de difusão de informações e atendimento qualificado acerca da violência doméstica de gênero e dos direitos apregoados pela Lei Maria da Penha (GEVID-SP).

Inserção e Proteção Social

Programa Famílias Fortes:

- Prevenção Primária
- Prevenção ao uso e abuso de substâncias
- Espaços de diálogo e mediação de conflitos
- Estabelecimento de limites, regras e rotinas de convivência
- Desenvolvimento das habilidades dos pais em apoiar e dar suporte aos filhos

Inserção e Proteção Social

- Cursos de empreendedorismo e de capacitação às mulheres em áreas vulneráveis com a finalidade de criar condições de autonomia econômica.

- Cursos de apoio e qualificação para o trabalho de jovens negros.

Medidas Administrativas

- Controle de Infrações Administrativas:
  - Criação de um fluxo constante de comunicação entre os órgãos de segurança e os órgãos municipais responsáveis pelas medidas administrativas, com suas presenças nos CICCs.
  - Identificação de locais de desordens física e social.
    - Verificação de locais com falta de iluminação.
    - Verificação de veículos abandonados na via.
    - Controle de estabelecimentos irregulares e venda indiscriminada de bebidas alcoólicas.

Medidas Administrativas

- Implantação e fiscalização de normas mais rigorosas na segurança da guarda e depósito de armas de fogo das empresas de segurança privada.

Homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações

Investigações

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Criação do Departamento Nacional de Polícia Judiciária e Perícias na SENASP para colaboração sistêmica no âmbito de inteligência policial, integração de dados e informações, capacitação profissional e cooperação com os Estados nas investigações criminais de homicídios e feminicídios dolosos, principalmente naqueles decorrentes de chacinas e atuação de milícias – Redução de Impunidade.
- Criação de Grupo de Trabalho, no âmbito da SENASP, composto por Corregedores das corregedorias de polícia civil, com o objetivo de elaborar um diploma de uniformização de procedimentos de polícia judiciária.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações

Operações

- Operação conjuntas das forças policiais nas áreas previamente analisadas.

- Efetivação da Patrulha Maria da Penha nos Municípios, com infraestrutura e equipamentos cedidos pelo MJC e efetivo pelos Estados ou Municípios, onde houver Guardas Civis, em locais predominantemente georreferenciados com os endereços das vítimas protegidas com medidas restritivas em relação aos agressores.

Ações

Investigações

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Criação da Diretoria de Inteligência na SENASP para a integração, consolidação e fortalecimento dos sistemas de inteligência das unidades federativas para produção qualificada de conhecimento e apoio ao trabalho desenvolvido e ao processo de tomada de decisões.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações

Investigações

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Estabelecimento de Procedimento Padrão de atendimento à mulher vítima e homicídios dolosos.

- Priorização nas investigações e término de inquéritos de homicídios dolosos , e, em especial, daqueles praticados por e contra policiais - Redução de Impunidade.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações
Inteligência

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Mapeamento dos locais de homicídios dolosos e violência contra a mulher, com consequente análise conjunta da União e dos Estados, sendo a primeira etapa nas capitais e a segunda etapa, a expansão aos Municípios limítrofes das Regiões Metropolitanas.

- Esse Universo representou 32.147 Homicídios em 2014 (54% dos homicídios dolosos), sendo 31% nas capitais e 23% nas Regiões Metropolitanas.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

DADOS DE NATAL-RN

Natal – RN

1) Homicídios Dolosos – Vítimas Homens • e Mulheres •

2) Concentração de Violência Contra a Mulher

3) CICC

4) Câmeras

5) Ônibus com câmeras e computadores interligados ao CICC

6) Veículos SESGE com câmeras e computadores interligados ao CICC

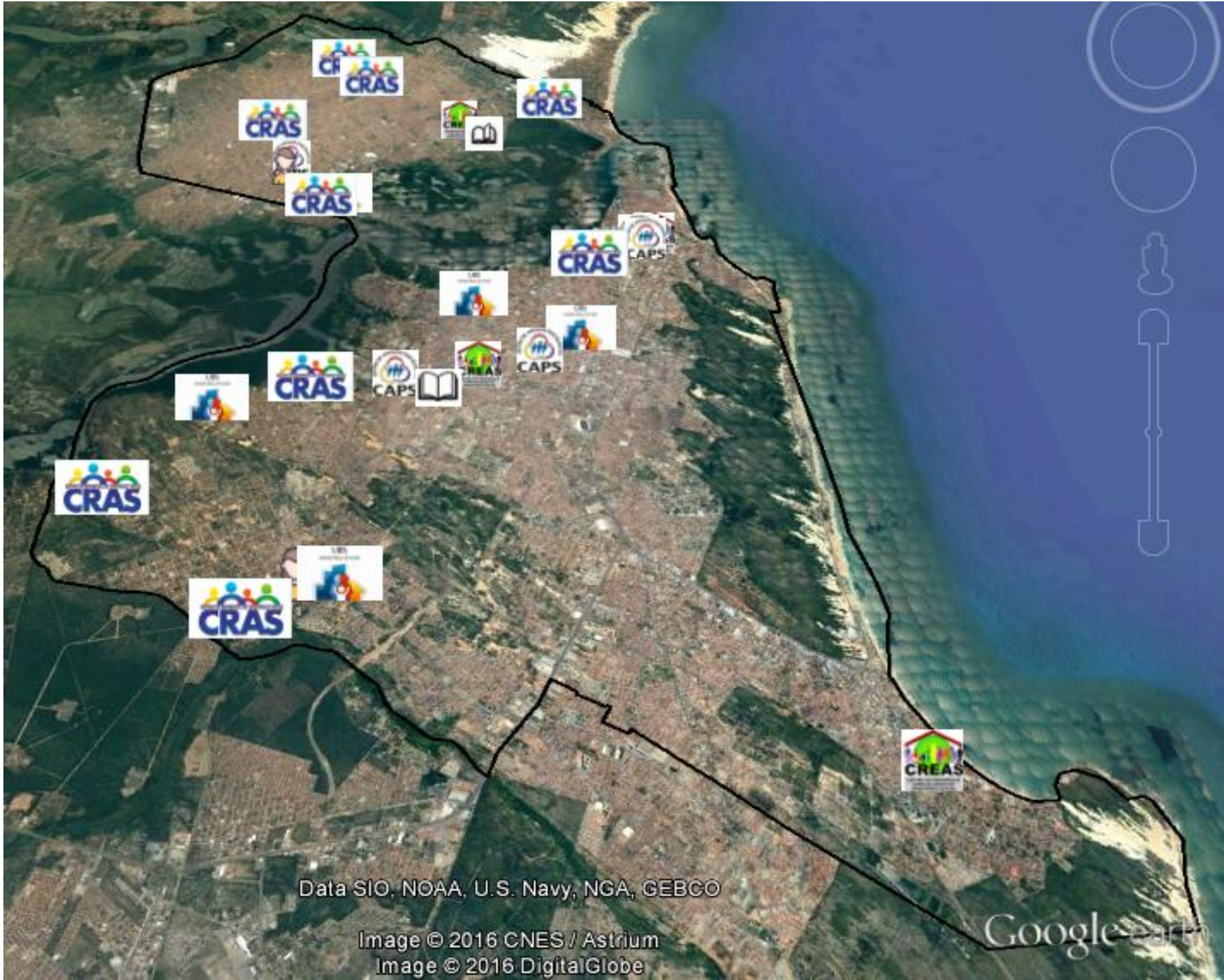
Natal – RN

1) CRAS (Famílias Fortes)

2) UBS (Famílias Fortes)

3) Curso Mediador Pacificador

4) Curso Profissionalizante para mulheres



Natal – RN

1) Casa da Mulher

2) Delegacia da Mulher

3) Patrulha Maria da Penha

Ações
Inteligência

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Análise das investigações sobre feminicídios no Brasil.
- Análise dos dados das ocorrências e dos mandados de prisão expedidos.
- Análise das deficiências estruturais e possibilidade de implantação de programas de prevenção de criminalidade.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações

Integração Ministério Público e Judiciário

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Análise junto aos Tribunais de Justiça da possibilidade de edição de provimentos para priorização dos processos e julgamentos dos homicídios dolosos e feminicídios.

- Análise junto aos Tribunais de Justiça da possibilidade de edição de provimentos para criação de departamentos de inquéritos relacionados aos Homicídios dolosos e feminicídios, garantindo maior aproximação e celeridade nas investigações policiais.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ações

Integração Ministério Público e Judiciário

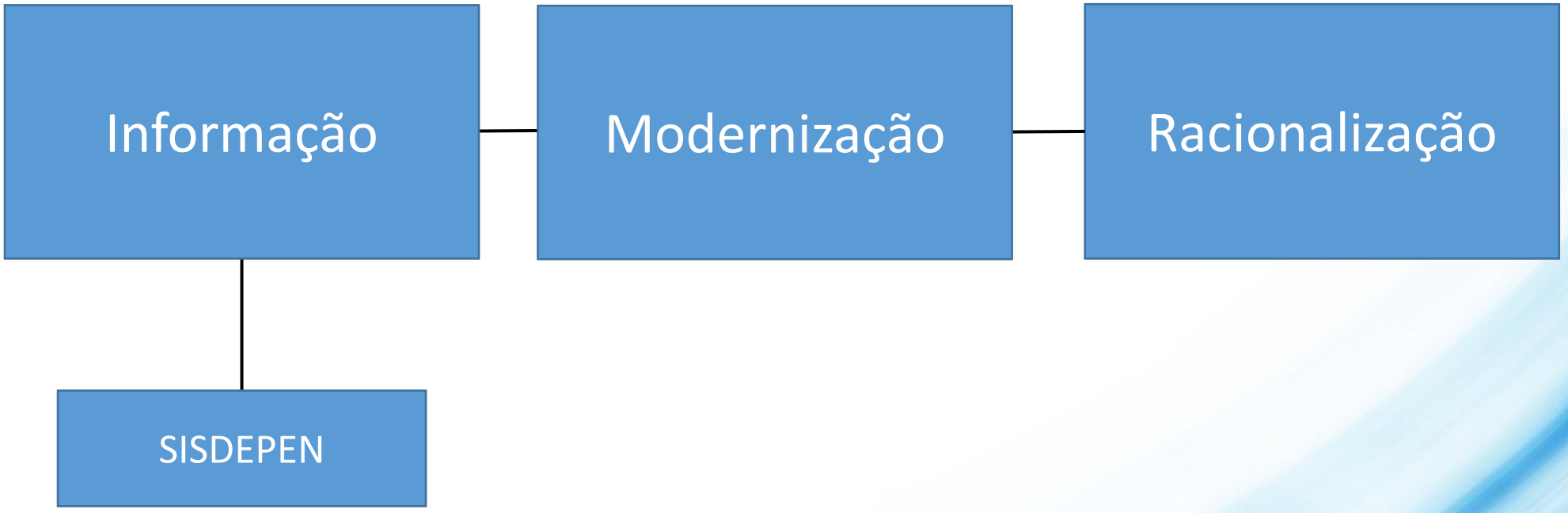
Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Análise junto aos Ministérios Públicos estaduais da possibilidade de criação de Grupos de Atuação Especial em relação aos homicídios dolosos e feminicídios, compostos por Promotores de Justiça, que atuem nos Tribunais do Júri, para acompanhamento das investigações.

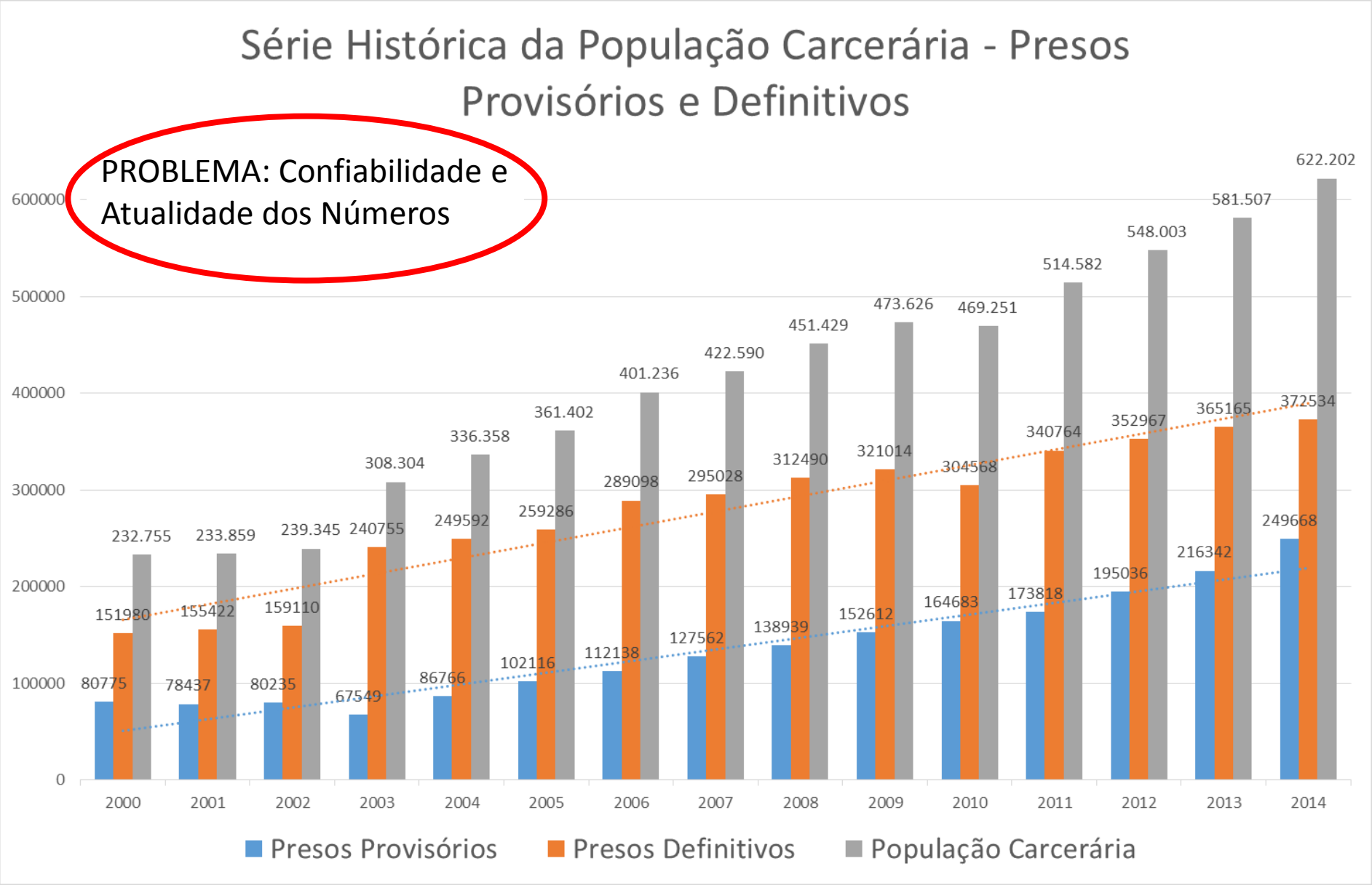
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

- **Racionalização e Modernização do Sistema Penitenciário**

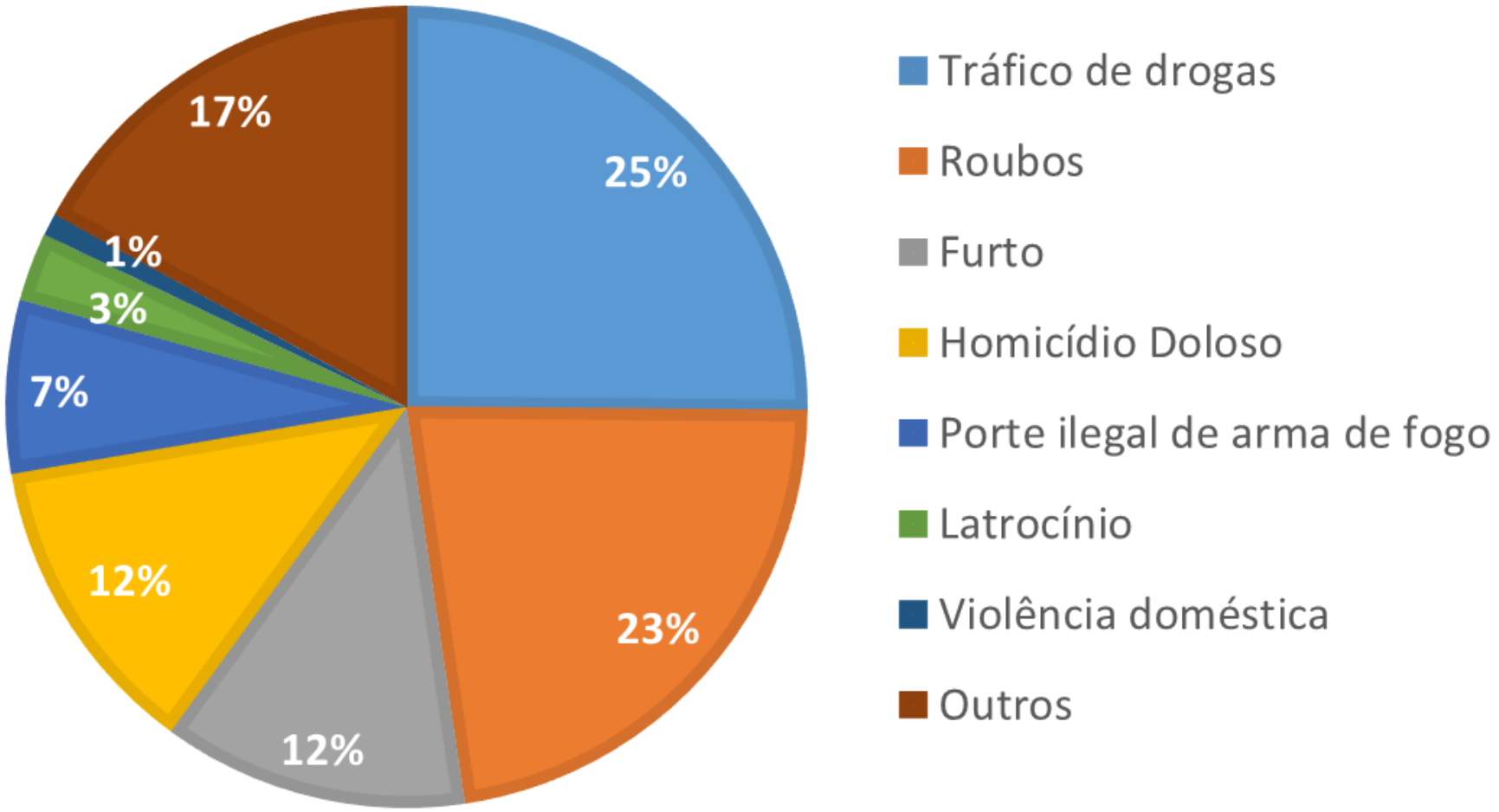
❑ RACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO



Problema Atual



POPULAÇÃO CARCERÁRIA POR NATUREZA CRIMINAL



Coleta atualizada de informações

Confiabilidade e atualidade dos números

SISDEPEN (3 primeiros módulos em 6 meses).

Módulo 1: Informações de Estabelecimentos Prisionais: dados sobre vagas gerais, por regimes, por gênero, instalações de saúde, de educação, RDD etc.

Módulo 2: Informações Pessoais do Preso: dados pessoais e criminais relativos ao seu ingresso no sistema prisional.

Módulo 3: informações processuais relativas ao processo criminal do preso. Este módulo será desenvolvido para permitir a interface com os sistemas judiciais dos estados - CNJ.

Coleta atualizada de informações

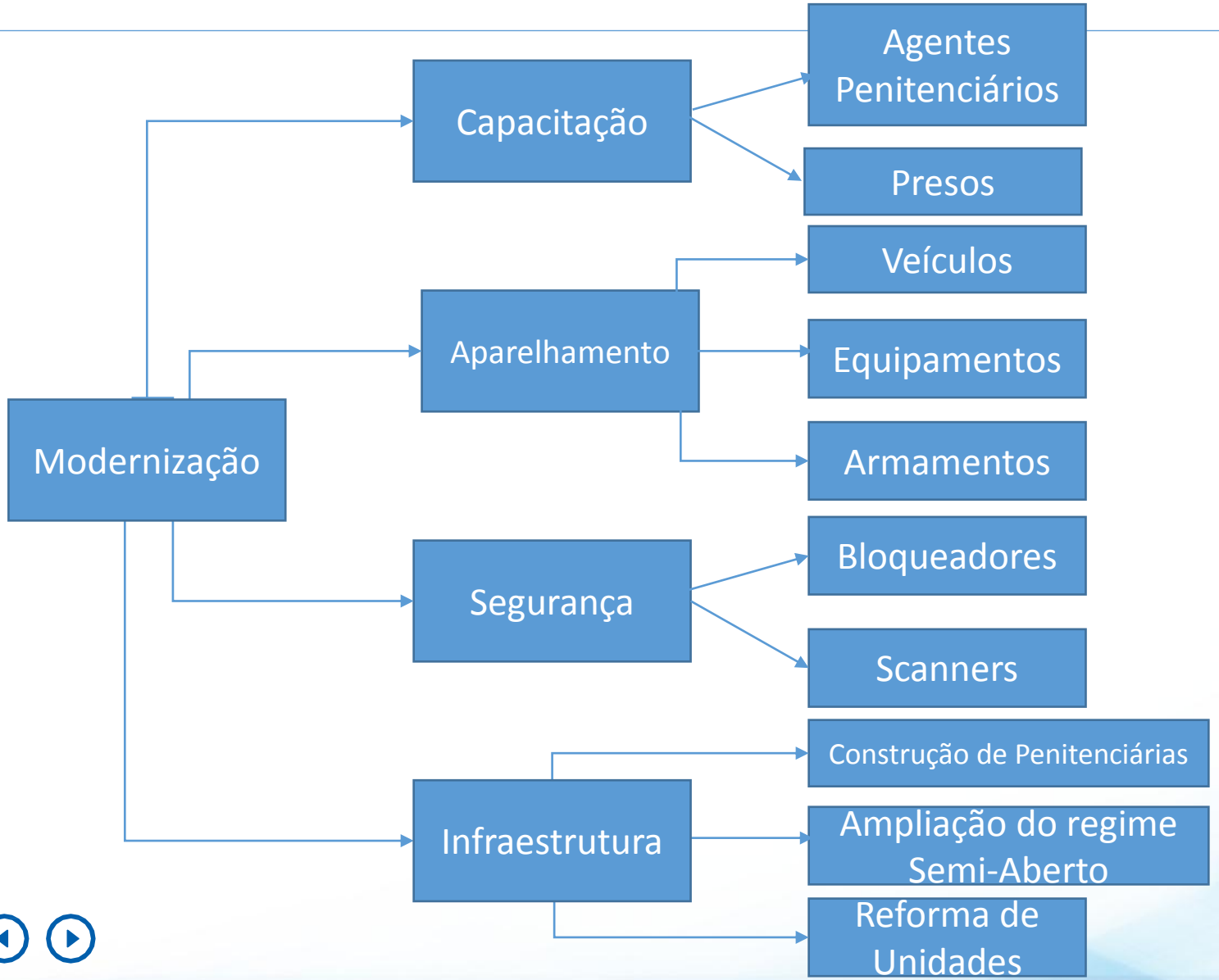
Confiabilidade e atualidade dos números

SISDEPEN (dezembro de 2017)

Módulo 4: Gestão Prisional: Proporcionará a gestão da unidade com relação a população prisional, agendas de audiências e de atividades internas.

Módulo 5: Módulo de Inteligência: Informações de caráter sigilosos com relação ao preso e sua convivência no interior do presídio e vinculação a outros detentos e grupos criminosos.

Modernização do Sistema Penitenciário



Capacitação - Presos

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

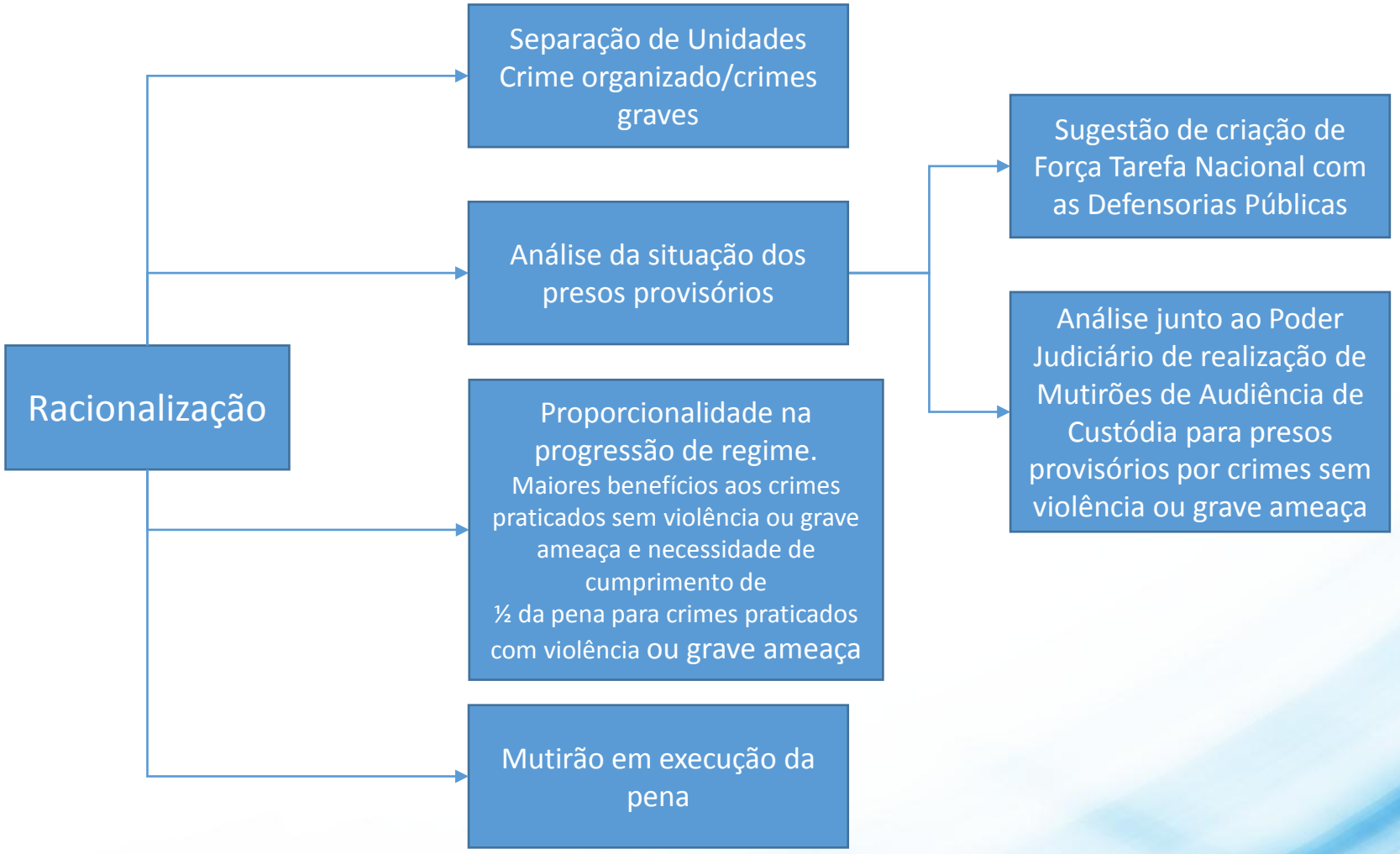
CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA A POPULAÇÃO PRISIONAL
PEDREIRO DE ALVENARIA
ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO
PINTOR DE OBRAS
OPERADOR DE COMPUTADOR
PINTOR DE OBRAS IMOBILIÁRIAS
APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÊMICO
PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ECANADOR INSTALADOR PREDIAL
PADEIRO
COSTUREIRO
HORTICULTOR ORGÂNICO
CARPINTEIRO DE OBRAS
COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO
ALMOXARIFE

CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA A POPULAÇÃO PRISIONAL
JARDINEIRO
CONFEIIEIRO
MANICURE E PEDICURE
PIZZAIOLO
SALGADEIRO
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO
INSTALADOR HIDRÁULICO RESIDENCIAL
GARÇOM
AGENTE DDE INSPEÇÃO DE QUALIDADE
COSTUREIRO DE MÁQUINA RETA E OVERLOQUE
MECÂNICO DE MOTOCICLETAS
AUXILIAR DE PINTURA EM TECIDO
MAQUIADOR
ARTESÃO DE BIOJOIAS
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Racionalização do Sistema Penitenciário

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL



BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Análise da situação dos presos provisórios

- Análise junto às Defensorias Públicas de realização de “Força Tarefa de Defensores Públicos Brasileiros”, para análise dos processos das pessoas presas provisoriamente pela prática de crimes sem violência ou grave ameaça, salvo porte ilegal de arma e crimes de corrupção (por exemplo: peculato, concussão, corrupção ativa e passiva etc), com a realização de convênio entre o MJC – que arcaria com os custos de deslocamentos e diárias - e as Defensorias, que indicariam seus membros para a realização do trabalho.

Análise da situação dos presos provisórios

- Análise junto ao Poder Judiciário de “Mutirão de Audiência de Custódia”, para análise dos processos das pessoas presas provisoriamente pela prática de crimes sem violência ou grave ameaça, salvo porte ilegal de arma e crimes de corrupção (por exemplo: peculato, concussão, corrupção ativa e passiva etc). Caso seja viável por parte do Poder Judiciário, nas hipóteses em que o juiz competente conceder a liberdade provisória, o MJC colocará a sua disposição “monitoramento eletrônico – tornozeleiras”, e programas de inclusão social do MJC, tais como acompanhamento individualizado com a presença de um articulador para cada 20 pessoas (Programa Redes - SENAD) e encaminhamento a curso profissionalizante (DEPEN e SPM).

Infraestrutura

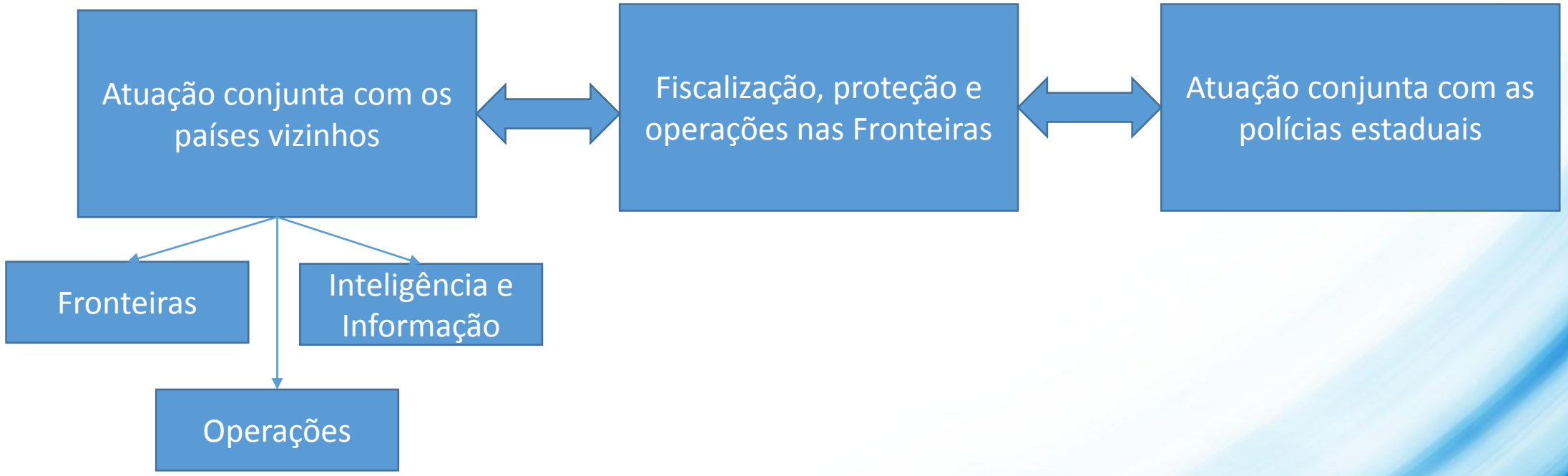
- Utilização Integral do FUNPEN.
- Construção de 5 presídios federais integralmente equipados com sistema de segurança com capacidade para 220 presos de alta periculosidade.
- R$800 milhões repassados, em 29Dez16, aos Estados para construção de penitenciárias e abertura de aproximadamente 20 a 25 mil vagas.

Infraestrutura

- R$400 milhões repassados, em 29Dez16, aos Estados para equipamentos, scanners, raio-x e armamento.
  - Autorização para repasse aos Estados de R$150 milhões para bloqueadores.
  - Autorização para repasse aos Estados de R$80 milhões para scanners.
  - Autorização para repasse aos Estados de R$ 72 milhões aquisição de 10 mil tornozeleiras.

- **Combate integrado à criminalidade organizada transnacional.**

COMBATE INTEGRADO AO CRIME ORGANIZADO



Inteligência e Informações

Ministério da Justiça e Cidadania
GOVERNO FEDERAL

- Cooperação tecnológica, técnica e de inteligência entre as polícias para enfrentamento de organizações criminosas que atuam nos tráficos de drogas e armas e contrabando.
- Utilização da rede LAB-LD (Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de dinheiro) da PF e SNJ/DRCI para o rastreamento do financiamento de atividades ilícitas e lavagem de dinheiro da criminalidade organizada.
- Intercâmbio de policiais e uso compartilhado de informações e equipamentos de inteligência.
- Elaboração de planos de Cooperação Policial de assistência mútua e apoio logístico, com ações conjuntas de combate ao tráfico de drogas e de armas, com identificação de pistas clandestinas, de rotas de tráfico, de depósito de armas, de laboratórios de cocaína e plantações de maconha.

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Inteligência e Informações

- Ampliação na utilização dos protocolos com Argentina, Paraguai, Uruguai, Peru e Bolívia. Renovação dos acordos com Suriname, Guiana, Colômbia e Guiana Francesa.

- Interligação de dados e imagens de videomonitoramento do sistema de tráfego rodoviário das fronteiras.

- Ampliação da atuação dos oficialatos de ligação no Paraguai, Bolívia e Peru.

Fiscalização, proteção e operações nas Fronteiras

- Criação da Coordenadoria de Apoio ao Policiamento de Fronteira na SENASP, que (a) apoiará as operações conjuntas da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Policias locais, com dados de inteligência, equipamentos e efetivo da Força Nacional; (b) garantirá o necessário apoio logístico com disponibilização equipamentos, armamentos, viaturas e embarcações, com as respectivas tripulações, que possibilitem ações policiais, por policiais federais, inclusive na malha fluvial da região amazônica.

- Fortalecimento do Centro de Rastreamento de Armas da PF: implementação efetiva de procedimentos no âmbito da União e dos Estados para que as informações de todas as armas apreendidas sejam canalizadas à PF – Ex.: Informações sobre apreensões da SRF que seguem para o Exército.

Fiscalização, proteção e operações nas Fronteiras

- Criação de Banco de Dados na Polícia Federal para armazenamento de todas as informações referentes às apreensões de armas provenientes do exterior com acesso para as forças de segurança.

- Ampliação do efetivo do GISE (Grupo Especial de Investigações Sensíveis sobre Entorpecentes) no âmbito da Polícia Federal, com aumento na utilização das Bases.

- Cooperação e auxílio na Operação Ágata com o Ministério da Defesa.

- Ampliação do SISFRON de 228 para 449,7 milhões (inclui emendas parlamentares).

METAS

Metas

- Homicídios Dolosos:
  - Redução anual de 7,5% nos Municípios abrangidos pelo Plano:
    - 2017 nas Capitais;
    - 2018 nas Capitais e cidades limítrofes (209 Municípios).

- Violência Doméstica:
  - Aumento na celeridade das investigações e processos em 20% nos Municípios abrangidos pelo Plano.

Metas

- Sistema Penitenciário:
  - Até Dezembro de 2017: informações completas e detalhadas em tempo real de todo o sistema penitenciário.
  - Até 2018: redução da superlotação em 15%.

- Combate ao Crime Organizado:
  - 2017: Aumento de 10% na quantidade de armas e drogas apreendidas.
  - 2018: Aumento de 15% na quantidade de armas e drogas apreendidas.

Ministério da

Justiça e Cidadania

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

GOVERNO FEDERAL